



<http://www.idealz-institute.com/>
Cuaderno 19

Memória e Representação de Brasil em Alberto Torres e Manoel Bomfim

Profa. Dra. Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/NUCLEAS/PPGH
Prof. Dr. Alexis T. Dantas – Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ-NUCLEAS/FCE

Resume;

Os estudos sobre Alberto Torres e Manoel Bomfim visam revisitar as formas de pensar a sociedade brasileira através de dois intelectuais preocupados em construir a história da nação.

Recuperar as formas de pensar, as práticas culturais e representações simbólicas, através do imaginário construído por aqueles intelectuais do século XIX é um exercício árduo, devido à diversidade ideológica que permeia o pensamento dominante positivista.

As representações sociais do português colonizador, do negro e do indígena, ainda presentes nas reflexões sobre o processo civilizatório e suas contradições são as categorias destacadas, neste ensaio, para análise.

Alberto Torres e Manoel Bomfim interpretaram essas duas representações sociais, através de suas obras *O Problema Nacional Brasileiro* e *em Prol das Raças* de Alberto Torres e *Os Males da América Latina* de Manoel Bomfim.

Trata-se de uma reflexão e tentativa de interpretação apoiadas teoricamente em autores da psicologia social como Celso Sá, Maurice Moscovici, Denise Jodelet e norteados epistemologicamente por James Fentress e Chris Wickham, Maurice Halbwachs, Eclea Bosi além de Jacques Le Goff .

Palavras claves: Nação, Alberto Torres, positivismo brasileiro, pensamento latino-americano.

Introdução

Halbwachs (1990) afirmava que os grupos sociais constroem as suas próprias imagens do mundo estabelecendo uma versão do passado estabelecidas a partir das informações recebida e nem sempre através de recordações pessoais, por isso recordar “ contem na origem muito de social”, conforme Roma e Birmingham¹.

A memória social é de fato muitas vezes seletiva, distorcida e pouco rigorosa. A afirmação sobre os elementos que distorcem a memória não se trata de um defeito inerente ao processo de registro mental, mas sim das limitações externas impostas pela sociedade Não se trata de saber se determinada “memória é verdadeira”, pois o significado social da memória, tal como a sua estrutura interna e o seu modo de transmissão, é pouco afetado pela sua verdade; o que interessa é que se acredite, pelo menos até certo ponto”² no que foi contado pelo grupo social.

A memória que a comunidade guarda de alguns segmentos formadores da sociedade brasileira fundamenta, até certo ponto, o caráter discriminatório que o imaginário social guarda sobre eles. Por isso, os preconceitos, discriminações e referências negativas sobre portugueses (colonizador e seus descendentes), sempre tratado como explorador, além do negro e, sobretudo o mulato, produto da mestiçagem, estendendo-se ao mameluco, como “grupos de vagabundos”.

Ao se concluir que a memória é infinita e que a consciência é mediatizada por ela, os autores demonstram sua preocupação com a formação das estruturas mentais, pois “o pensamento que explicitamente se refere a acontecimentos e experiências passados, assinalando que podem ser reais ou imaginários, ressaltando que essa experiência passada e recordada associada às

¹ -Roma e Birmingham, Introdução, InFentress, J. & Wickmam, Chris- Memória SocialLisboa, Teorema, 1992, p. 11.

² -Idem, op. cit., p. 10

imagens partilhadas do passado histórico são tipos de recordações que têm particular importância para a constituição de grupos sociais no presente”³.

James Fentress e Chris Wickham (1992) consideram a memória naturalmente dividida em dois segmentos, uma parte objetiva que retém os fatos e a subjetiva que inclui informações e sentimentos que fazem parte integrante dos indivíduos e por isso situam-se dentre deles . A memória objetiva é passiva, limitando-se a conservar conhecimento, enquanto a subjetiva, além de ativa, registra os fatos para a consciência, assim tanto um fato objetivo como uma interpretação subjetiva fazem parte da estrutura da memória⁴.

Entre os vários estudos sobre memória, os conceitos desses autores nos ajudam na análise de nosso objeto. Por que aquelas representações sociais, que não tiveram, na sua origem, objetivo de construir estereótipos sobre o português e o negro conseguiram ser retidas e constitutivas de um imaginário social? A resposta também nos remete à origem da questão. Evidente, que tanto Torres quanto Bomfim também receberam aquelas informações que posteriormente tornaram-se fundamentais para as suas interpretações sobre a organização nacional brasileira⁵.

Ecléa Bosí corrobora esses conceitos quando explica que a função da memória é o conhecimento do passado que se organiza, ordena o tempo, localiza cronologicamente. Assim, o passado revelado desse modo não é o antecedente do presente, mas a sua fonte e argumenta” entre o ouvinte e o narrador nasce uma relação baseada no interesse comum em conservar o narrado que deve ser reproduzido”⁶.

³ Idem, op. cit., p. 9

⁴ - Fentress, J. & Wickham, op. cit., p. 19

⁵ - Toribio Lemos, M.T.- Alberto Torres- contribuição para o estudo das idéias no Brasil” Rio de Janeiro, Quartet Editora, 1995, capítulos II e III, a autora aponta para o caráter cientificista da formação política-filosófica de Alberto Torres.

⁶ - Bosí, E. – Memória e Sociedade. SP., Cia das Letras, SP, 1994, p. 89:90

Da mesma forma, Jacques Le Goff (1996) trata o conceito de memória. Para ele a memória conserva certas informações e pode assim atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas e constitui um elemento essencial da identidade⁷.

Assim, com apoio dos estudiosos de memória e representações sociais tentamos discorrer sobre as permanências no imaginário social das construções dos estereótipos de *parasita*, *degenerado*, *vagabundo*, *preguiçoso*, *povo anêmico* a partir das idéias correntes no século XIX, sobre o colonizador e os mestiços, em Alberto Torres e Manoel Bomfim.

- **Alberto Torres e Manoel Bomfim – imaginário social em construção**

Alberto Torres e Manoel Bomfim fizeram parte da intelectualidade brasileira que atuou fortemente no final do século XIX e especialmente no início do século XX, na tentativa de construir uma identidade brasileira, desenvolvendo a idéia de nação. Procuraram estudar a trajetória histórica do país desde suas origens, resgatando a memória e o imaginário da colonização e da República.

Teceram conceitos ou representações sociais sobre os segmentos sociais que faziam parte da organização nacional. Dentre esses segmentos selecionamos: os brancos que colonizaram a terra e traçaram o seu perfil, de acordo com os paradigmas europeus, o negro escravo, o índio e a mestiçagem (tanto caboclos como mulatos).

Através de diferentes abordagens seguiram vertentes opostas e construíram uma imagem de Brasil, que ainda permanece no imaginário social da população, através da memória do processo de colonização encontrada em fontes documentais históricas, literárias entre outras.

Grande parte da intelectualidade brasileira do final do século passado considera que os problemas nacionais como desorganização social e atraso econômico

⁷ Le Goff, Jacques – História e Memória. S.P., Unicamp, 1996. p.423:485

relacionavam-se à colonização portuguesa. Esse imaginário construído para explicar o atraso da nação, persiste aos dias atuais, entre vários segmentos sociais brasileiros, mantidos pela memória coletiva.

Essa percepção explica o desprezo em relação aos portugueses, mesmo por aqueles que desconhecem a história de seu país e que comumente confessam que o destino do país seria outro se tivesse sido colonizado pelos ingleses, holandeses, enfim por outros grupos sociais, que não fosse o ibérico.

As leituras de Manoel Bomfim destacam duas representações sociais específicas, nas quais o autor se debruçou para tecer suas interpretações de construção do Estado Nacional brasileiro: *Parasitismo* e *Degeneração*.

Aquelas representações expressam a forma simbólica que permite a construção da imagem do outro, conforme explica Serge Moscovici, que também considera as representações sociais um “conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais...e também podem ser vistas como versão contemporânea do senso comum”.⁸ Essas representações também podem ser compreendidas como: “uma nova forma de conhecimento socialmente elaborado e dividido com uma visão prática que auxilia na construção de uma realidade”⁹.

As categorias *Parasitismo* e *Degeneração* em Manoel Bomfim confirma essas representações como um conhecimento socialmente construído. Rycroff (1998) acentua que “a imagem de um objeto assume o lugar de um outro, o primeiro tornando-se símbolo do segundo”¹⁰.

Bomfim ao tratar o homem ibérico como um parasita incorre nesse simbolismo. O português ou espanhol deixou de ser o homem conquistador, desbravador, para assumir na memória coletiva a imagem de um “*parasita*”, um explorador

⁸ -Moscovici, Serge, Representação Social da Psicanálise.RJ., Zahar,1978, p. 10

⁹- Jodelet, D. – Les Représentation Sociales.Paris, PUF, p. 341.

¹⁰ -Rycroff, Dictionnaire de Psycanalise, Apud Mannoni, Pierre- Les Représentations sociales. Paris, PUF, 1998

que vai viver às custas da força de trabalho das camadas dominadas como, o escravo, por exemplo.

Essa questão é bem analisada por Todorov quando aborda o problema da alteridade. O autor propõe, entre as três tipologias que ele discorre, a *axiológica*, para julgamento de valor.

Nesse aspecto, ao considerar o povo ibérico *parasita*, Bomfim retoma esse tratamento axiológico, porque deseja dar uma explicação ontológica sobre o homem que colonizou o Brasil¹¹.

Se há um entendimento comum entre os intelectuais, perpassando por Durkheim à Marx, de que as representações sociais não são falsas, ao eleger essas duas representações sociais, Bomfim perseguiu essa mesma trilha, seguindo esses referenciais da memória coletiva.

Através desse conceito, o pensamento de Bomfim pode ser analisado, fugindo ao estereótipo de uma obra preconceituosa que discrimina o homem ibérico. Celso Sá referenda essa proposição quando afirma “que as representações sociais determinam as práticas nas situações em que a carga afetiva é forte e a referência à memória coletiva é necessária”¹².

Bomfim vive uma época em que grande é a preocupação com a construção de uma identidade nacional, isto é, com a formação de uma nacionalidade. Há uma necessidade social de se inculcar valores na sociedade. Como ele carrega consigo forte carga anticolonialista, expressa-se de forma “virulenta” quando escreve sobre a Colonização na América Latina. Não poupando aqueles que descobriram e exploraram o território americano.

A leitura de sua obra é instigante. Bomfim atribui o atraso econômico e social do Brasil, diante do avanço do capitalismo introduzido pelas nações européias e

¹¹- Toribio Lemos. Manoel Bomfim, Percursos da Memória, p.

¹²-Sá, Celso Pereira de – Núcleo Central das Representações Sociais. RJ., Vozes, p.11

americanas, ao *Parasitismo* e *Degeneração* do colonizador português e seus efeitos sobre as sociedades colonizadas.

De fato, essas idéias não são novas e também não são exclusivas de Bomfim, mas o que sobressai em sua análise é a ênfase que ele dá especialmente a esses dois aspectos, considerados vitais para uma verdadeira organização nacional.

Diferentemente de outros estudiosos de seu tempo, Bomfim fez questão de refutar o pensamento dominante entre a intelectualidade da época, que atribuía à mestiçagem, ao negro e ao índio o insucesso econômico do país, que o colocava numa situação de dependência diante da Europa e dos Estados Unidos.

Para a elite brasileira, a raça branca era considerada pura e superior às demais, enquanto a mestiçagem era condenada. Segundo as teorias raciais desenvolvidas no século XIX, os mestiços traziam em si vícios e defeitos das raças inferiores e não adquiriam nenhuma qualidade da raça branca.

Bomfim se destaca nesse aspecto, pois considera que o problema do atraso econômico e a desorganização que dominava a sociedade brasileira nada tinham a ver com o problema racial da mestiçagem, mas no fato do país ter sido colonizado pelo português. Para ele, o colonizador ibérico (português e espanhol) trazia em si o germe do parasitismo e da degeneração que contribuiu para a ausência do progresso nos países da América Latina, devido à atuação predatória implantada com o processo de exploração das riquezas encontradas. E enfocou especialmente o problema brasileiro.

Diferentemente de Bomfim, Alberto Torres imputava ao negro e ao mestiço a desorganização do país copiar Torres

Parasitismo e Degeneração

Bomfim aprofunda o caráter de *Parasitismo e Degeneração* apoiado em seus estudos científicos como médico e historiador. É uma tentativa responder coerentemente como foi construída a nacionalidade brasileira.

Médico de profissão e professor vinculado à educação e à sociologia, tentou explicar que o *parasitismo* inerente ao homem ibérico estava vinculado a organismos biológicos e sociais. Apoiou-se nos pressupostos positivistas desenvolvidos por Auguste Comte, que também se fundamentara na ciência biológica para explicar fenômenos sociais. Segundo Comte:

a biologie doit d'abord fournir le point de départ nécessaire de l'ensemble des spéculations sociales, d'après l'analyse fondamentale de la sociabilité humaine et des diverses conditions organiques qui déterminent son caractère propre¹³.

Embora Bomfim não acreditasse que em todas as situações sociais houvesse uma assimilação entre organismos biológicos e comportamentos sociais, em relação ao parasitismo do colonizador português aceitou aquelas teses científicas que considerou incontestáveis

as sociedades existem como verdadeiros organismos, sujeitos como os outros a leis categóricas... as sociedades obedecem a leis de uma biologia diversa da individual nos aspectos, mas em essência "idêntica"¹⁴.

E, para fazer-se entender melhor, assinalou que, como as sociedades não dependem apenas do meio, mas também do tempo, pois são históricas, é necessário para se estudar uma nacionalidade conhecer os antecedentes desse

¹³ - Comte, A- 1993, p.50, Apud Manoel Bomfim - *América Latina Males de Origem*, RJ., 1993, p. 50.

¹⁴ - Bomfim, M. , op. cit, p.51

grupo social, pois uma nacionalidade é o resultado de uma transformação e o seu estado presente “é forçosamente resultante de ação de seu passado, combinada à ação do meio”¹⁵.

Para ele, o estudo da construção da identidade nacional constitui um processo histórico, vinculado ao tempo e ao espaço. Por isso há necessidade de se conhecer as origens do colonizador português para uma interpretação historicamente conveniente.

A partir desses pressupostos, Bomfim teceu longa consideração sobre os problemas da adaptação, que envolvem problemas de hereditariedade, e concluiu que a herança adaptada pesa muito na formação de uma nacionalidade. Uns podem se adaptar perfeitamente enquanto outros apresentam dificuldades. Como um médico compara a adaptação a uma doença. E, indaga: “que vem a ser uma doença? Uma inadaptação do organismo a certas condições especiais, e se dá também quanto aos indivíduos em particular”¹⁶.

A partir desse referencial, iniciou o processo de análise da formação das nacionalidades latinoamericanas. Explicou que, aparentemente, não existem motivos que justifiquem o atraso dessas nações, pois tudo no Novo Mundo se apresenta propício. Como as nações latino-americanas tiveram o mesmo passado e a mesma origem, isto é, os mesmos elementos colonizadores, é bastante provável que nesses antecedentes esteja a verdadeira causa das perturbações.

Bomfim chegou a essas conclusões após ter analisado a história ibérica. Concluiu que, para os povos ibéricos, o trabalho braçal era considerado aviltante, que lhes conferia um grau de inferioridade social, porque era uma atividade destinada à camadas servis e escravas. Para adquirir prestígio e posição social era necessário possuir propriedades e força de trabalho servil. Por isso, rejeitavam o trabalho braçal e se empenhavam em adquirir serviços.

¹⁵- Idem , op. cit. p., 52

¹⁶ -Idem, op. cit., p.52

Devido ao processo de colonização que utilizava como força de trabalho o negro escravo ou o índio, cabendo ao português a função de comandar, a sociedade brasileira, especialmente os segmentos populares, desenvolveu em seu imaginário a representação social do português como um *parasita*, aquele que enriquece com a exploração do trabalho alheio.

Essa representação social do “outro”, do colonizador, que detém o poder, que não trabalha e que sente vergonha do trabalho braçal, pois este é sinônimo de inferioridade social, assemelhando-se à servidão, ainda é forte na memória coletiva. É comum, ainda hoje, ouvir chamar um representante da elite brasileira de *parasita*, como sinônimo de vagabundo. A representação social do explorador marcou o imaginário social e criou marcas de identidade. Segundo Halbwachs, “A memória coletiva retém o que lhe é a essência de determinados acontecimentos ou processos, reduzindo-os a expressões mais elementares”¹⁷.

De acordo com esse pressuposto teórico, entendemos o sentido de parasita que se dá ao colonizador português. Prosseguindo, Halbwachs considera que a memória coletiva “Se baseia na identidade e legitimidade da lembrança histórica, organizando-se em torno de um evento fundador que absorve os precedentes e os posteriores”¹⁸.

Ao tentar explicações sociológicas para explicar o parasitismo do português, Bomfim nada mais fez do que apontar para um conceito difundido na cultura popular: a de que o colonizador não trabalhava e vivia da exploração da força de trabalho do escravo e dos demais setores sociais excluídos. Seguindo a linha de Halbwachs, pode-se inferir, na obra de Bomfim que para a construção da identidade nacional, o colonizador representou o evento fundador e nele centraram-se as lembranças e as memórias da origem da nação brasileira. Para Halbwachs, a memória coletiva “se baseia na identidade e legitimidade de um

¹⁷ - Halbwachs, Maurice – A Memória Coletiva. RJ., Vozes.1990, p.25

¹⁸ -Idem, op. cit., p.37

grupo na lembrança histórica, organizando-se em torno de um evento fundador que absorve os precedentes e os posteriores”¹⁹.

A memória coletiva objetiva consolidar a coesão grupal a partir da definição de uma identidade que simplifica e esquece, pois o que é relevante para ela é um elemento fundador de uma tradição. Pierre Nora, em sua obra *Les Lieux de Mémoire*, observa que a memória constitui as mesmas lembranças vividas ou transmitidas, que ressurgem de forma repetida, sendo apresentadas como específicas da comunidade²⁰.

Por esse motivo, a memória coletiva da sociedade brasileira, formada por recordações retransmitidas pela tradição, guarda essa representação de parasitismo. Essa mesma representação, como explica Nora, ressurgue de forma repetida e com um sentido de verdade sobre o elemento português, sobretudo para aqueles que não conhecem as estruturas mentais dos homens que colonizaram o país.

Para a compreensão das idéias de Bomfim, é preciso entender o contexto de sua época e como ele percebia a formação da nacionalidade brasileira. Seus conceitos não foram apresentados simplesmente por um sentimento de xenofobia, mas sobretudo por seus amplos estudos, que envolviam conhecimentos do funcionamento biológico e sociológico da nação. Influenciado por essas visões científicas, Bomfim tentou resgatar a imagem do homem mestiço, dos negros e da população mais pobre da sociedade e apontar para os problemas originais que se centravam no processo de exploração do período colonial e cujas permanências ainda eram visíveis. Segundo Le Goff: “a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social e sobretudo oral ou que estão

¹⁹ -Idem , op. cit. p. 39

²⁰ - Nora, P. - Apud, Cuesta Bustillos. *Memoria e Historia*. Madrid, Marcial Pons, 1998, p. 19

em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição”²¹.

Assim, Bomfim também reconstruiu seu imaginário sobre o colonizador, baseado no que ele representou e não necessariamente no que ele de fato foi. Como todo povo que domina e oprime as sociedades conquistadas, a resposta das camadas subalternas é de preconceito e desprezo. Assim, ao afirmar sobre o parasitismo do ibérico, Bomfim contribuiu para confirmar a tradição da memória coletiva e inculcar no imaginário social o conceito de parasita como uma verdade histórica.

O pensamento de Bomfim torna-se mais consistente, com a análise de Le Goff sobre memória. De acordo com o autor “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”²².

Dessa forma, ao lançar a representação social do parasitismo do colonizador, Bomfim nada mais fez do que reconstruir o passado e explicar o presente da história brasileira. Nesse aspecto está a sua originalidade.

Em vários trechos de sua obra, Bomfim enalteceu o século XVI ibérico e citou um historiador ibérico²³: “num momento, fomos como deuses, porque tivemos a onipotência...”²⁴. A seguir teceu considerações sobre a decadência da Espanha e Portugal e enfatizou

“no decorrer do século XVII e do XVIII, a Ibéria desaparece, evolui, degenera, não se vê um só nome espanhol ou português entre os homens que fundam a cultura moderna e dominam a natureza, ou aqueles que refazem a filosofia racionalista, que iluminará as gentes na conquista da justiça e da liberdade”²⁵.

²¹ - Le Goff, J. – Memória e História.SP.,Ed. Unicamp., p.476

²² - Idem , op. cit., p.477

²³ - Bomfim faz citações sem referir-se ao nome do historiador.

²⁴ Bomfim, M., op. cit. p. 53

²⁵ - Idem, op. cit., p.55

Após essas considerações, o autor faz analogias entre o homem e certos animais que se tornam parasitas e exemplifica com um animal marinho – o ***Chondracanthus gibbosus***, classificado pelos naturalistas como um verme inferior, porém apresentando todos os seus órgãos desenvolvidos. Bomfim explica que, ao se fixar em outro que o nutre, o animal engorda e se fortalece, mas perde suas características básicas que se atrofiam e desaparecem. O verme degenera-se porque se tornou um parasita e não se permitiu desenvolver. A explicação para o autor é fácil: “é um princípio fundamental e corriqueiro de biologia: que a função faz os “órgãos”²⁶.

A partir dessa experiência biológica ele infere que idêntica situação acontece com os organismos sociais, pois “o todo participa das partes, e delas depende”. Para ele “*é noção banal em sociologia que o progresso social se faz segundo um paralelismo perfeito com o progresso orgânico – diferenciação dos órgãos, especialização das funções, divisão do trabalho – estas são as condições indispensáveis à perfeição*”²⁷

Bomfim aplica essa máxima aos organismos biológicos e sociais.

Após descrever a epopéia dos descobrimentos ibéricos e seus momentos de apogeu e decadência, Bomfim acredita que o parasitismo peninsular já está mais do que explicado e que se torna

ocioso buscar mais provas dessa degeneração nas nacionalidades ibéricas,

pois, cada um dos fenômenos de adaptação das sociedades peninsulares a esta vida parasitária é um indício de degeneração”²⁸.

O autor lembra momentos da história portuguesa, baseado em Oliveira Martins, segundo o qual o tráfico desenvolve-se prodigiosamente. No Brasil,

²⁶ - Idem, op. cit., p.57

²⁷ - Idem, op. cit. ,p. 59

²⁸- Idem, op. cit., p.113

os poucos colonos, em luta também com a má vontade do índio, adotam a idéia, pedem negros, e a África se constitui, assim, numa fonte de copiosos recursos para o reino... sem os negros, o Brasil não teria existido”²⁹

E Bomfim conclui: “É um parasitismo predador...sedentário”. Enquanto isso, nas cidades de Portugal já não se produzia pão, importando de Lisboa 4 mil contos de pão, cada ano...”.

O parasitismo tornou-se uma norma e entrou para o cotidiano. E o homem no seu cotidiano vive sua memória individual e coletiva, por isso essas lembranças registradas farão a sua história.

A análise de Agnes Heller contribui para o entendimento desse pensamento, quando afirma que “o homem nasce já inserido em sua cotidianidade”³⁰. Mas, se a cotidianidade abriga o ser individual e o ser genérico, produto e expressão de suas relações sociais, fica explícito que o homem português dessa época carrega em sua memória o germe do parasitismo, pois a “vida cotidiana não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico”³¹.

Seguindo os referenciais teóricos de Heller, Bomfim pode ser entendido em relação às representações sociais que criou sobre o colonizador ao explicar as dificuldades para a construção de uma identidade nacional, embora suas idéias sejam as mesmas dos demais pensadores brasileiros dessa época. Ele apenas mudou o eixo, pois, em lugar dos mestiços, colocou o colonizador ibérico.

De forma sucinta, Bomfim sintetiza sua análise sobre a construção da nacionalidade brasileira:

²⁹ - Martins, O. – Bomfim, M. , op. cit.105.

³⁰ - Heller, Agnes – O cotidiano e a História. RJ.Paz e Terra, 1992, p.18

³¹ - Idem, op. cit, p.20

o senhor extorquindo o trabalho ao escravo, o negociante, o padre, o fisco e a chusma dos subparasitas, extorquindo ao colono o que ele roubara ao índio e ao negro. Trabalhar, produzir, só o escravo o fazia.³²

E conclui, que na realidade os colonizadores desejavam imitar, a vida de um senhor feudal, pois, “o ideal para todos era viver sem nada fazer – ter escravos e à custa deles passar a vida e enriquecer. Este ideal aí persiste como tradição”³³.

Considerações finais

Para o autor, o grande problema para a construção da nacionalidade brasileira reside na influência que o colonizador deixou para a sociedade, isto é o parasitismo social.

Um *parasitismo novo e contraditório* que ao mesmo tempo que repete e imita, através da memória coletiva, as formas de pensar do outro, porém repele as instituições que deram origem à nação dominada. Esses efeitos são de

“ordem psicológica, transmitidos por herança e comum às demais gerações. O caráter, individual ou nacional, é um efeito – é o resultado complicadíssimo de leis fisiológicas e psicológicas”³⁴.

Entre os efeitos do processo de exploração colonial, Bomfim aponta o surgimento de uma população heterogênea, dividida em grupos que se relacionam através de “ódios”, traduzidos em preconceitos, discriminações e organizada em “castas distintas”.

³² - Bomfim, M- op. cit., 130

³³ -Idem, op.cit., p.132

³⁴- Para esta análise, Bomfim apóia-se em Ribot, que estuda o papel da hereditariedade na história, como lei fisiológica e psicológica:” no meio desse turbilhão incessante que constitui a vida, há alguma coisa de fixo, e que é a base de sua unidade e identidade e que se chama caráter nacional”.Ribot, *Herédité psychologique*, 4ª. ed., p.343, Apud.Bomfim, op. cit., p.156

Descreve os grupos rurais como verdadeiros senhores feudais pela prepotência e arrogância como tratam os trabalhadores e a população mestiça, índios, negros e “refugos brancos” que ele chama de: “uma mescla de gentes desmoralizadas pela escravidão ou animadas de rancores, uma população vivendo à margem da civilização, contaminada de todos os vícios e defeitos”³⁵.

E enfatiza que, em torno desses

senhores territoriais, o enxame de parasitas, aventureiros, caçadores de índios, negociantes de escravos, mercadores de toda a espécie...pervertendo os povos do sertão e dos recôncavos, provocando conflitos. Nas cidades...todos ansiosos de enriquecimento”³⁶.

Bomfim ressalta que uma nação precisa de homens livres, pois a verdadeira concepção de história exige que apenas a realidade seja considerada. Por isso, o homem deve ser conduzido por administradores capazes e conscientes, sem arbitrariedades. Conclui que, para se construir uma nacionalidade, com uma identidade nacional definida, a sociedade precisa de liberdade, inteligência, educação integral, além de abolir a herança do parasitismo colonial. A nação que pretende sobreviver, diz ele, deve organizar o presente para preparar o futuro.

Com estas considerações finais pretendemos estudar um autor que ousou pensar diferente de renomados intelectuais brasileiros, tais como Alberto Torres, Sílvio Romero e Oliveira Vianna, embora vivesse a mesma época deles, entre o final do século XIX e início do século XX.

Manoel Bomfim retirou também dos segmentos sociais inferiores, como o mestiço (que ele enaltece), do negro, do índio e dos colonos empobrecidos, os males que afetavam o país, como o atraso econômico, a desorganização, enfim tudo o que Alberto Torres apontava como falta de Ordem, Moral e Progresso.

³⁵ - Bomfim, M. , op. cit., p. 144:145

³⁶ - Idem, op. cit. p. 145

Bomfim inovou em sua análise e, por esse motivo, a intelectualidade brasileira da época o ignorou completamente. Mas ele foi retomado nesta década de 1990 e vem sendo apontado como precursor das idéias inovadoras e atuais, utilizadas atualmente para explicar as crises brasileiras.

Bibliografia

- Bomfim**, Manoel – América Latina – Males de Origem. Rj., Topbooks,1993
- Bourdieu**, Pierre – O Poder Simbólico. RJ., Bertrand Brasil,1998
- Cuesta Bustillo**, Josefina (ed) – Memoria e História. Madrid, Marcial Pons, 1998
- Fentress**, James e **Wickham**, Chris – Memória Social – Lisboa, Teorema,1992
- Halbwachs**, Maurice - A Memória Coletiva. S.P., Vértice, 1990
- Heller**, Agnes – O Cotidiano e a História. RJ., Paz e Terra,1992
- Le Goff**, Jacques – História e Memória. SP., Campinas,1996
- Mannoni**, Pierre – Les Représentations Sociales. Paris, PUF,1998
- Sá**, Celso Pereira de – Núcleo Central das Representações Sociais. RJ., Vozes, 1996
- Wehling**, Arno et al. – Memória Social e Documento. RJ., UNI-RIO, 1997